Intervenção do

Secretário Regional da Economia, Vasco Cordeiro,

nos debates parlamentares sobre a

Proposta de Plano e de Orçamento Regionais para 2010

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Nas vésperas da entrada no segundo ano da IX Legislatura, o X Governo dos Açores encontra-se aqui para, no cumprimento do seu dever estatutário e no exercício das suas convicções democráticas, esclarecer este Parlamento das opções estratégicas que, também nas áreas da competência da Secretaria Regional da Economia, pretende prosseguir e concretizar no próximo ano.

Estas opções estratégicas não descuram, bem pelo contrário, proactivamente contemplam, as medidas que a presente conjuntura económica e financeira, nacional e internacional, aconselha.

Mas tal circunstância, se bem que merecedora de toda a atenção na sua análise e de todo o cuidado no seu tratamento, não põe em causa, nem pode fazer esquecer, o facto que a actuação do Governo se desenvolve com claros objectivos estratégicos e sentido estruturante para o desenvolvimento dos Açores e para o progresso das nossas ilhas e da nossa sociedade.

Eis, pois, um dos primeiros aspectos que gostaria de salientar nesta intervenção: estes são documentos que conciliam de forma equilibrada aquelas que são medidas conjunturais destinadas a dar resposta a uma situação conjuntural com aquelas que são acções destinadas a, de forma articulada, global e coerente, realizar os objectivos que se encontram definidos no Programa do X Governo dos Açores, aprovado por esta Casa.

Deste documentos previsionais resulta a consciência, clara e actuante, por parte do Governo, da exacta situação das empresas e das famílias açorianas, bem como das medidas que são necessárias para continuar a apoiá-las.

Aliás, entre a vertigem daqueles que apregoam, no actual momento, o final dos tempos e que acham que a solução é despejar recursos financeiros sem objectivos e sem critérios, e aqueles que, mesmo agora, não se inibem de atacar, demagogicamente, importantes

medidas de protecção e de coesão social, como é o caso do Rendimento Social de Inserção, acusando-nos de excessiva utilização, o Governo dos Açores afirma-se como um referencial de estabilidade e de equilíbrio, firme nos propósitos mas flexível nas medidas; ambicioso nos resultados, mas atento à capacidade de esforço de cada Açoriana e cada Açoriano; persistente no rumo, mas humilde na análise da sua acção.

Estes documentos falam, assim, de Rigor, de Ambição, de Humildade e de Confiança.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

A situação que o mundo atravessa afecta, de forma muito directa e imediata, a performance do sector turístico em todo o mundo, o mesmo é dizer, afecta também a performance do sector turístico na nossa Região.

Para termos uma ideia do que falamos, bastará referir que, de acordo as estimativas da Organização Mundial de Turismo[1], as receitas do turismo internacional devem ter contraído, em termos reais, entre 9 e 10% apenas nos primeiros seis meses deste ano.

Importa, por isso e como sempre, falar verdade: a questão não é a de saber se podemos escapar a estes tempos tormentosos.

A questão é, outrossim, o que devemos fazer para, no meio da borrasca, conseguirmos passar, da melhor forma possível, com as nossas empresas e com os nossos trabalhadores.

A resposta a esta pergunta radica, quanto a nós, em dois níveis perfeitamente distintos: em primeiro lugar, o facto de o Governo, à semelhança do que já aconteceu durante o corrente ano, ter já planeado um conjunto de acções que visam, exactamente, contrariar factores de inércia nos nossos fluxos turísticos.

As verbas previstas no Plano para 2010 visam dar resposta a estes objectivos, nomeadamente, através do reforço em áreas como a Promoção e Informação Turísticas.

[1] http://www.unwto.org/facts/eng/pdf/barometer/UNWTO_Barom09_3_en_excerpt.pdf

Sintomático é, ainda a este propósito, o facto de, no geral, manter-se ou ser reforçado o esforço público nesta área, como bem o demonstra o facto da diminuição de verbas ocorrer em acções cujos investimentos, nomeadamente, em infra-estruturas físicas, já se encontrar concluído ou em vias de conclusão.

É este o caso da acção referente a Investimentos Estratégicos, a qual, contemplando em 2009, a intervenção, -já concluída pelo Governo -, de remodelação e ampliação da Marginal e do Parque Ambiental do Paúl, na Praia da Vitória, ou a intervenção em fase de conclusão nas Termas da Ferraria, em S. Miguel, ou do Carapacho, na Graciosa, traduzem, não a menor disponibilidade de recursos para essas acções, mas sim a menor necessidade de recursos tendo em conta o seu elevado grau de execução.

Por outro lado, e como segundo aspecto, uma nota para referir que a presente situação só poderá ser ultrapassada com sucesso se, quer da parte do Governo, quer da parte dos empresários, houver a consciência clara que só ficaremos bem, se bem cada um cumprira sua parte.

Como já referi noutras circunstâncias, por muito que possa o Governo fazer, há um espaço a partir do qual a diferença entre o sucesso ou o insucesso em cada empresa ou em cada negócio, reside na capacidade na competência e na capacidade empreendedora dos empresários. Se

isso é assim em situações ditas normais, em situações como aquelas que vivemos ainda é mais verdadeiro.

Uma referência também a outro sector importante como é o caso do Fomento da Competitividade.

Importa, a bem da verdade e do rigor, esclarecer algumas críticas que têm sido dirigidas a este sector, com algumas vozes, a quem, por sinal, é exigível maior responsabilidade, e que não se coibem de agitar o fantasma da diminuição de apoios ao investimento privado.

É, por isso, necessário, aqui e agora, esclarecer cabalmente esta situação, afirmando que, mais do que a previsão de um quantitativo para a satisfação de encargos nesse âmbito, relevará sempre, e em qualquer circunstância a orientação política de que não faltarão, repito, não faltarão verbas na acção referente aos sistemas de incentivos.

Os empresários açorianos, os empreendedores açorianos, podem, por isso, ter presente e assente que esta é uma prioridade política para o X Governo Regional.

Permitam-me, porém, que, para além desta garantia política aqui formalmente, assumida, que vos dê conta porque razão o montante previsto é conciderado como adequado.

Em 2009, o montante afecto ao sistema de incentivos pretendeu dar resposta a um número de projectos privados que correspondia às candidaturas apresentadas nos anos de 2007, 2008 e 2009. Ou seja, para 3 anos, previmos um montante de 35 milhões de euros.

Resolvida esta parte, temos, em 2010, o montante de 30 milhões de euros, visando, agora dar resposta mais directa, aos projectos que sejam apresentados em tempos mais recente, ou seja, primordialmente um ano.

Venha, por isso, o investimento privado que o incentivo público não faltará!

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

A área das acessibilidades marítimas e aéreas assume no Plano de Investimentos para 2010, uma importância essencial na prossecução do objectivo estratégico definido por este Governo. Ou seja, servir com cada vez mais eficiência, eficácia e fiabilidade as necessidades de mobilidade dos açorianos e de abastecimento das empresas regionais,

tendo em vista a criação de um mercado interno, bem como favorecer a coesão económica, social e territorial das nossas ilhas.

No âmbito dos transportes marítimos, existe um conjunto de acções desencadeadas pelo Governo e que têm também tradução nos documentos que agora se analisam.

É o caso da decisão de fretamento de navios ferry para a operação sazonal dos anos 2010, 2011 e, em regime opcional, 2012, decisão relacionada com a frustração do processo de construção do navio Atlântida, relativamente ao qual, informo, decorrem as negociações com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Nesta altura, e com os dados de que dispomos nesta data, é nossa expectativa ter o processo de preparação da operação do ano 2010 completamente concluído até ao final do corrente ano.

Simultaneamente, o Governo decidiu avançar com a construção de rampas para a operação de navios ferry nos portos da Região, tornando-a mais fácil, mais rápida e mais cómoda para os Açorianos. Contamos, aliás, que, já no próximo ano, seja possível começar a operar nessas rampas em alguns portos da Região, enquanto decorrerão as obras noutros. Isso muito embora, refira-se, os navios fretados tenham como requisito a existência de portas laterais, situação de redundância quanto à operacionalidade dos navios nesses portos.

Para além disso, e conforme foi já anunciado, o Governo também já deu as devidas orientações à Atlânticoline para desencadear o processo de substituição dos navios "Cruzeiro das Ilhas" e "Cruzeiro do Canal" por navios ferry novos que, sem prejuízo da possibilidade de transporte de algumas viaturas terão de ter sempre, e dada a natureza da principal operação que visam servir, terão de ter, dizia, uma predominante componente de transporte de passageiros.

Foram, ainda, lançadas as Obrigações de Serviço Público para o transporte marítimo no Grupo Central, as quais são compostas pela obrigação de ligações diárias entre as ilhas do Faial, Pico e S. Jorge e pela obrigação de ligações semanais, com diferenciação, entre estas ilhas e a Graciosa e a Terceira.

Esta é, sem dúvida, uma medida com um impacto significativo na mobilidade dos Açorianos entre todas as ilhas do Grupo Central, e com um elevado potencial efeito indutor na economia e nos mercados, ou melhor, no mercado do Grupo Central.

Só nessas 4 acções, e no prazo de 3 anos, o Governo afecta, directa o indirectamente, cerca de 40 milhões de euros, tendo em vista a melhoria das acessibilidades marítimas dos Açorianos.

Quanto aos transportes aéreos, as verbas inscritas no Plano de Investimento, desde logo, dar resposta às variadas frentes de intervenção em aeroportos e aeródromos da nossa Região e que, recorde-se, incluem intervenções a decorrer ou a iniciar, na Aerogare Civil das Lajes, na ampliação do aeroporto de S. Jorge, no reforço de meios no aeródromo da Graciosa; no aeroporto do Pico, na aerogare das Flores e e no aeródromo do Corvo.

No entanto, importa referir que as intervenções programadas não se referem apenas à infra-estruturação física, mas integram, ainda, importantes medidas de política de acessibilidades aéreas, por exemplo, no que respeita à facilitação da mobilidade.

É o caso das novas Obrigações de Serviço Público no transporte aéreo inter-ilhas, as quais, tendo-se iniciado em 1 de Outubro do corrente ano, terão em 2010, o ano da sua implementação na totalidade.

Convém, a este propósito, salientar alguns aspectos dessa decisão, a qual se assume, sem sombra para dúvidas, como uma medida de elevado alcance estratégico para o desenvolvimento da nossa Região.

Em primeiro lugar, essas novas Obrigações traduzem-se numa redução de tarifas aéreas a pagar pelos Açorianos que varia entre os 15% e os 19%. O mesmo é dizer que, por exemplo, um Açoriano que pretenda

viajar da Terceira para a Graciosa antes pagava, só de tarifa, 82 euros e hoje paga, nas mesmas condições, 68 euros. Ou um Açoriano que pretenda viajar do Corvo para as Flores, antes pagava, só de tarifa, 42 euros e hoje paga 34.

Mas o alcance social e económico destas novas Obrigações de Serviço Público não se fica por aqui. Recorde-se que surgem, pela primeira vez, novas tarifas com descontos dirigidas, por exemplo, às famílias numerosas ou tarifas promocionais destinadas aos estudantes..

Por último, essas obrigações estabelecem, também pela primeira vez, a obrigação de disponibilizar uma determinada capacidade de carga, o que, aliado à capacidade das novas aeronaves da SATA Air Açores, terão um impacto muito significativo na economia das nossas ilhas.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Como se constata facilmente pela leitura dois documentos que ora analisamos, o Governo sabe onde está, para onde quer ir e, no que releva para o caso presente, o que deve fazer para conduzir os Açores

a um novo patamar de desnvolvimento, de progresso e de bem estar social.

É, pois, hora de avançar porque a isso nos impele o nosso sentido de Açorianos e isso nos exige a confiança que em nós foi depositada pelo nosso Povo.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 25 de Novembro de 2009

Vasco Alves Cordeiro